

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS SEGURIDADE SOCIAL	
Supremo terá que analisar três pontos importantes da reforma trabalhista.....	3
FOLHA DE LONDRINA - LONDRINA - PR - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Brasil tem maior carga tributária da América Latina; compare.....	5
FOLHA DE LONDRINA - LONDRINA - PR - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Deputados aprovam regulamentação de 5 novos tributos da reforma tributária.....	7
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Crise das emendas tira Arthur Lira do recesso.....	9
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Lira cobra ministros de Lula por acordo sobre emendas e dará resposta ao STF.....	11
FOLHA DE LONDRINA - LONDRINA - PR - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Especialistas destacam as mudanças da Reforma Tributária para o setor agropecuário	13
G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Câmara envia argumentos ao STF e diz que cumpriu regras atuais ao destinar emendas de comissão	14
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Churrasco ficará mais barato? Veja o que muda com a reforma tributária.....	16
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Dominância política - CELSO MING.....	18
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Com leilão, dólar fecha a R\$ 6,17.....	19
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
A cegueira de Lula com o dólar (Editorial).....	21
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO ECONOMIA	
Trump traz fórmulas antigas para um mundo novo (Artigo).....	22
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Campos Neto deve concluir gestão que mais descumpriu as metas de inflação.....	24
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Autonomia do BC é o maior legado de Campos Neto, dizem especialistas.....	25

Sexta-Feira, 27 de Dezembro de 2024

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Dívida pública federal chega a R\$ 7,2 tri em novembro..... 27

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Após alívio na dívida, é preciso cobrar austeridade de Estados (Editorial)..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Políticas públicas e restrição fiscal (Artigo)..... 30

Supremo terá que analisar três pontos importantes da reforma trabalhista

Luiza Calegari De São Paulo

Quase oito anos depois da reforma trabalhista, o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda tem três importantes mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para analisar. A mais polêmica trata da gratuidade de justiça - benefício que pode ser concedido ao trabalhador que alegar não ter recursos financeiros para custear o processo.

A discussão envolve o artigo 790 da CLT. Com a reforma trabalhista (Lei nº 13.467, de 2017), o parágrafo 3o do dispositivo passou a prever que os juízes podem isentar das custas processuais quem recebe salário de até 40% do teto da **Previdência Social**-hoje o equivalente a R\$ 3.114,40. Ou quem comprovar, conforme o parágrafo 4o, insuficiência de recursos.

O processo no STF foi ajuizado pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif). A entidade pede que os ministros garantam o benefício apenas a trabalhador com renda abaixo desse limite, e não àquele que comprove insuficiência de recursos (ADC 80).

A Consif quer garantir no STF um entendimento diferente do adotado neste ano pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os ministros decidiram que basta ao trabalhador apresentar uma declaração de que não tem recursos para pagar as custas judiciais (processo nº 277-83.2020.5.09.0084).

O julgamento no STF divide especialistas da área trabalhista. Para alguns, facilitar a concessão do benefício poderia estimular a litigância. Outros defendem que o entendimento do TST assegura a previsão constitucional do acesso à justiça.

Para Ricardo Carneiro, sócio do LBS Advogadas e Advogados, o Supremo deveria seguir o entendimento do TST, que está "em consonância com os fundamentos do artigo 7o da Constituição", que trata dos direitos fundamentais dos trabalhadores. "O propalado combate à excessiva litigiosidade, cujo conceito é bastante questionável diante do gigantesco número do nosso mercado de trabalho formal e informal e dos índices altíssimos de rotatividade, não se faz dificultando o acesso à justiça", diz.

Os ministros ainda terão que decidir se a exigência de indicação do valor do pedido na reclamação trabalhista é constitucional (ADI 6002). A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) defende que essa exigência dificulta a atuação em juízo dos trabalhadores, que muitas vezes não têm meios para fazer os cálculos prévios por conta própria (ADI 6002).

Sobre esse tema, o TST também já possui entendimento consolidado. Os ministros decidiram que os trabalhadores não são obrigados a apresentar valores exatos dos pedidos nos processos e podem indicar apenas estimativas (Emb-RR -555-36.2021.5.09.0024).

O STF também deve analisar a necessidade de intervenção sindical nas demissões imotivadas individuais e coletivas e nos acordos extrajudiciais. A ação foi apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos. O relator é ministro Edson Fachin (ADI 6142).

Em 2022, em processo com repercussão geral, sem tratar da reforma trabalhista, os ministros decidiram que para demissão em massa de trabalhadores é necessária intervenção sindical prévia, mas não autorização do sindicato.

Para Leticia Ribeiro, sócia trabalhista do Trench Rossi Watanabe, os temas são importantes e a expectativa, com base nos julgamentos já realizados sobre temas da reforma trabalhista, é que o STF deve continuar "focando nos pontos técnicos, verificando se a proposta feita é consistente com os princípios constitucionais ou não".

Um total de oito temas relativos à reforma foi julgado pelo Supremo. Em cinco, os ministros mantiveram as previsões questionadas. A primeira envolvia o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, questionado por 22 entidades representativas dos trabalhadores em 19 ações diretas de inconstitucionalidade e por uma entidade patronal, que apresentou ação declaratória de constitucionalidade (ADI 5794 e ADC 55).

Nesse julgamento, realizado em 2018, os ministros, por maioria de seis votos a três, entenderam que a contribuição sindical não pode ser imposta a trabalhadores quando a Constituição determina que

ninguém é obrigado a se filiar ou se manter filiado a uma entidade sindical.

O segundo ponto chancelado pelo Supremo foi a prevalência do negociado sobre o legislado (Tema 1046). Por sete votos a dois, os ministros entenderam que acordos ou convenções coletivas de trabalho que limitam ou suprimem direitos trabalhistas são válidas, desde que sejam respeitados os chamados "direitos indisponíveis"-aqueles fixados pela Constituição e pelos acordos internacionais como o patamar mínimo para garantir a dignidade do trabalhador (ARE 1121633).

Coube também aos ministros do STF julgar contribuições sindicais. Os ministros validaram a extinção da contribuição sindical obrigatória ou imposto sindical, mas consideraram constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletiva, da chamada contribuição assistência ARE 1018459).

Segundo Fabiano Zavanella, sócio do Rocha, Calderon e Advogados Associados, o Supremo garantiu o direito de oposição do trabalhador, mas os sindicatos têm aproveitado a brecha para tentar compensar os rombos em seus caixas após o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical "Há casos de sindicatos que impõem que a oposição seja feita pessoalmente por cada trabalhador, em assembléia. Tem sido uma questão muito conflituosa", diz.

Na última sessão de julgamentos virtuais de 2024, os ministros também chancelaram a modalidade de trabalho intermitente (leia mais abaixo), em que o trabalhador só recebe pelas horas trabalhadas, e não pelo tempo à disposição do empregador, que pode ser mais de um ao mesmo tempo (ADI 5826, ADI 5829 e ADI 6154).

Por outro lado, três pontos importantes da reforma foram considerados inconstitucionais pelo STF. O mais polêmico autorizava o trabalho em ambiente insalubre para mulheres grávidas ou que estejam amamentando. De acordo com a decisão, por dez votos a um, gestantes e lactantes não podem desempenhar atividades em ambientes insalubres de qualquer grau, bem como não estão obrigadas a apresentar atestado médico para serem afastadas de suas atividades (ADI 5938).

Outro ponto derrubado foi a exigência de que o trabalhador beneficiário da justiça gratuita fosse obrigado a pagar honorários periciais e sucumbenciais se fosse derrotado no processo (ADI 5766). A inclusão do dispositivo na CLT contribuiu para uma redução significativa no volume de processos trabalhistas, mas a decisão do STF, de 2021, impulsionou a retomada dos volumes anteriores à reforma, segundo a

avaliação do advogado Fabiano Zavanella.

A terceira derrota da reforma trabalhista veio com o julgamento sobre o tabelamento determinado para as indenizações por danos morais. A Lei nº 13.467/2017 estabelece como parâmetro para os valores o último salário contratual do empregado e classifica as ofensas, com base na gravidade do dano causado (leve, média, grave ou gravíssima).

Os dispositivos questionados não chegaram a ser declarados inconstitucionais. Os ministros entenderam que o tabelamento é uma mera sugestão e não impede a fixação de indenizações mais altas, desde que devidamente motivadas (ADI 6050, ADI 6069 e ADI 6082).

"Supremo deve focar nos pontos técnicos e verificar se a proposta feita é consistente com os princípios constitucionais"

Leticia Ribeiro

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188078?page=1§ion=1>

Brasil tem maior carga tributária da América Latina; compare

Há países com carga tributária maior, mas são países desenvolvidos que oferecem retorno significativo"

São Paulo - O Brasil possui uma carga tributária próxima de 33% do **PIB** (Produto Interno Bruto). Esse é o valor arrecadado por governo federal, estados e municípios.

Para alguns, um índice adequado diante das despesas geradas por um Estado de bemestar social abrangente. Para outros, um percentual elevado, considerando o retorno dessa arrecadação para a população em serviços e transferências de renda.

As diferenças de opinião podem estar ligadas também à "sensação" que cada contribuinte tem em relação aos **tributos**, que recaem de forma mais intensa sobre pessoas de menor renda (a chamada regressividade), assalariados e empresas sem benefícios fiscais, por exemplo.

Um trabalho divulgado no início deste ano por diversos órgãos multilaterais apontou o Brasil como o país com a maior carga tributária entre 26 economias latino-americanas no ano de 2022, seguido por Barbados (30,5%) e Argentina (29,6%).

O valor está bem acima da média da região (21,5%), composta por países com nível de renda semelhante, mas estrutura de serviços públicos mais restrita.

Também fica próximo da média da OCDE (34%), uma das entidades responsáveis pelo documento -e que reúne diversas economias com patamar de renda mais elevado e serviços de melhor qualidade.

O Brasil está acima da média da América Latina em todas as bases: **tributos** sobre renda, lucro, propriedade, bens e serviços, folha de pagamento e aqueles destinados à **seguridade social**.

No caso dos bens e serviços, alvo da **reforma tributária** que está sendo regulamentada neste ano, o peso é de 13,7% do **PIB**, sendo que a média tanto latinoamericana como na OCDE fica entre 10% e 11%. A reforma possui uma trava para evitar o crescimento dessa carga.

Os números apontam elevação da carga tributária em vários países nas últimas décadas. Desde 1990,

houve aumento de 6,9 pontos percentuais na América

Latina e 5,5 pontos no Brasil, onde parte do crescimento se deve ao fim do "imposto inflacionário" após o Plano Real. Entre os países da OCDE, onde o percentual já era mais elevado, a carga subiu 3,2 pontos percentuais no mesmo período.

No Brasil, esse crescimento se deu principalmente na tributação da renda e do lucro. Os **impostos** sobre propriedade e consumo se mantiveram praticamente no mesmo nível nessas mais de três décadas.

Uma análise da IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão do Senado, apontou que o Brasil possui uma carga tributária elevada para uma economia em desenvolvimento, mas que isso é explicado em boa medida pelo tamanho dos seus gastos sociais. A despesa social representa entre 50% e 70% da carga tributária nos países da OCDE. No Brasil, é cerca de 60%.

Um trabalho do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação) questiona a qualidade dessa despesa e mostra que o Brasil possui o menor IDH (índice de desenvolvimento humano) entre os 30 países com maior carga. Com isso, ocupa a última colocação no índice de retorno de bem-estar à sociedade calculado pela instituição.

Na avaliação do presidente-executivo da entidade, João Eloi Olenike, o nível de tributação no país não é compatível com o retorno recebido pelo cidadão. "Temos países em que a carga tributária é maior, mas são países desenvolvidos e que oferecem para a população um retorno bastante significativo, o que não acontece no Brasil."

Para ele, o país poderia ter alíquotas menores e o mesmo nível de arrecadação. Para isso, seria necessário reduzir benefícios fiscais e também contar com um efeito de redução da informalidade e da sonegação, espalhando mais a carga entre todos.

Pedro Paulo Bastos, professor do Instituto de Economia da Unicamp, diz que o problema fundamental do sistema brasileiro não é o tamanho da carga, compatível com as políticas públicas demandadas pelo cidadão -políticas mantidas por governos da esquerda à direita desde a Constituição.

A questão é o caráter regressivo dela, apoiada em **tributos** indiretos, que afetam comparativamente mais a baixa renda -o imposto de uma laranja é maior, proporcionalmente, à renda de uma pessoa pobre do que à renda de um rico.

Bastos cita dados da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), órgão das Nações Unidas, que mostram queda da desigualdade medida pelo Índice de Gini em 23% nos países da OCDE em razão da política fiscal (**tributos** e transferências). No Brasil, com uma carga semelhante, a redução é de 16,4%. Na média da América Latina, com um Estado menor, a queda é de apenas 9%.

"O Estado brasileiro reduz muito mais a desigualdade de renda do que outros países da América Latina, pois existe muito serviço público, mesmo que de qualidade inferior ao serviço privado. Mas reduz menos a desigualdade do que nos Estados de bem-estar social europeus."

Para ele, a redução da tributação sobre o consumo e a taxação maior da renda e patrimônio permitiriam um aumento da carga financiado pelo 1% ou o 0,1% com maior renda, ampliando políticas públicas.

Um estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostra que a isenção sobre lucros e dividendos faz com que a tributação máxima dos acionistas de empresas brasileiras seja de 14,2%, considerando a soma do imposto pago na pessoa física e na jurídica.

Cerca de 15 mil pessoas físicas que estão entre o 0,01% mais rico entre os declarantes do Imposto de Renda pagam praticamente o mesmo imposto que um assalariado que recebe R\$ 6.000 por mês (13% sobre a renda). Para 3.841 pessoas no topo da distribuição de renda, a tributação na soma da pessoa física e jurídica é de 5,8%, uma sensação de carga bem inferior à média nacional.

Site: <https://www.folhadelondrina.com.br/digital>

Deputados aprovam regulamentação de 5 novos tributos da reforma tributária

Cinco **tributos** (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) serão substituídos por três (Imposto Seletivo e CBS, federais; e IBS, estadual e municipal). Texto aguarda sanção presidencial

A Câmara dos Deputados aprovou o primeiro projeto de regulamentação da **reforma tributária**, que irá substituir cinco **tributos** (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por três (Imposto Seletivo e CBS, federais; e IBS, estadual e municipal). O texto aguarda sanção presidencial.

De autoria do Poder Executivo, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24 foi relatado pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) e detalha a tributação para diversos setores da economia, desde combustíveis e restaurantes até sistema financeiro e produtor rural. O texto aguarda sanção presidencial.

Entre as principais mudanças aprovadas pelos deputados está a inclusão de outros alimentos que contarão com alíquota zero desses **tributos**: carnes, peixes, queijos, sal, óleo de milho, aveia e certas farinhas.

Quanto à devolução de **tributos** para consumidores de baixa renda (até meio salário mínimo em média mensal por pessoa), a CBS será devolvida totalmente e o IBS em 20% nas compras de botijão de gás de 13 Kg e nas contas de luz, água, esgoto e gás canalizado e de telecomunicações. O IBS será devolvido também no total de 20% da compra de qualquer produto.

Outros pontos do projeto são: alíquota máxima de 0,25% de CBS e IBS para os minerais; redução de 30% nesses **tributos** para planos de saúde de animais domésticos; todos os medicamentos não listados em alíquota zero contarão com redução de 60% da alíquota geral; e turista estrangeiro contará com devolução de CBS e IBS em produtos comprados no Brasil e embarcados na bagagem.

COMITÊ GESTOR DO IBS

O segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária** foi aprovado pela Câmara dos Deputados, disciplinando o funcionamento da gestão e da fiscalização do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que vai substituir o ICMS (estadual) e o ISS (municipal).

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/24, do Executivo, está em análise no Senado e, entre outros pontos, regulamenta ainda a incidência do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) e permite o uso da contribuição de iluminação pública para custear câmeras de vigilância.

O Comitê Gestor do IBS (CG-IBS) reunirá representantes de todos os entes federados para coordenar a arrecadação, a fiscalização, a cobrança e a distribuição desse imposto aos entes federados, elaborar a metodologia e o cálculo da alíquota; entre outras atribuições.

Embora a coordenação fique a cargo do comitê gestor, as atividades efetivas de fiscalização, lançamento, cobrança e inscrição em dívida ativa do IBS continuarão a ser realizadas pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

Relatado pelo deputado Mauro Benevides Filho, o projeto define o conselho superior do IBS como a instância máxima composta por 54 membros remunerados e respectivos suplentes.

Além de vedar a reeleição para presidente e vice-presidentes do conselho superior, o texto prevê a alternância nos mandatos de dois anos entre o grupo de representantes dos estados e o grupo de representantes dos municípios.

Ao seguir exemplo da legislação eleitoral, o texto reserva 30% das vagas para as mulheres nos cargos da auditoria interna, nos cargos das diretorias da diretoria-executiva, nos cargos ocupados pelos servidores de carreira tributária do Comitê Gestor e nos cargos de todas as instâncias da estrutura de julgamento administrativo.

ISENÇÃO DE IRPF

Para assalariados que ganham até dois salários mínimos, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 81/24, do deputado José Guimarães. A matéria está foi convertida na Lei 14.848/24.

Segundo o texto, relatado pelo deputado Emanuel Pinheiro Neto (MDB-MT), não pagarão o Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) os salários até R\$

2.842,00.

O reajuste da tabela passou a valer por meio da Medida Provisória 1206/24 a partir de fevereiro deste ano e tem impacto orçamentário calculado em R\$ 3,03 bilhões em 2024, de R\$ 3,53 bilhões em 2025 e de R\$ 3,77 bilhões em 2026.

TRIBUTAÇÃO MÍNIMA

Ao seguir um consenso internacional, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que cria um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável a empresas de multinacionais instaladas no Brasil a fim de garantir uma tributação mínima efetiva de 15% dentro do acordo global para evitar erosão tributária.

De autoria do deputado José Guimarães (PT-CE), o Projeto de Lei 3817/24 repete a Medida Provisória 1262/24. O texto está em análise no Senado.

O adicional, se devido após cálculos específicos, incidirá sobre o lucro de empresas no Brasil integrantes de grupos multinacionais cuja receita anual consolidada seja superior a 750 milhões de euros (cerca de R\$ 4,78 bilhões) em pelo menos dois dos quatro anos fiscais consecutivos anteriores à apuração. A cobrança começará a partir do ano fiscal de 2025.

FIM DA DESONERAÇÃO

Na área econômica, a Câmara dos Deputados aprovou uma transição de três anos para o fim da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia e para a volta da cobrança de alíquota cheia do **INSS** em municípios com até 156 mil habitantes. A proposta foi convertida na Lei 14.973/24.

O Projeto de Lei 1847/24, do Senado, surgiu depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) considerar inconstitucional a Lei 14.784/23, que prorrogou a desoneração até 2027, por falta de indicação dos recursos para suportar a diminuição de arrecadação.

A título de transição, o projeto prevê, de 2025 a 2027, a redução gradual da alíquota sobre a receita bruta e o aumento gradual da alíquota sobre a folha. De 2028 em diante, voltam os 20% incidentes sobre a folha e fica extinta aquela sobre a receita bruta.

A todo caso, durante esses anos, as alíquotas incidentes sobre a folha de salários não atingirão os pagamentos do 13º salário.

Quanto aos municípios, permanecerá a alíquota de 8% do **INSS** em 2024, aumentando gradualmente para

12% em 2025, 16% em 2026 e voltando a 20% a partir de janeiro de 2027. O benefício valerá para cidades com população de cerca de 156 mil habitantes (em torno de 5300 cidades).

Para compensar os gastos durante o período, o texto traz várias medidas de captação de recursos, como atualização do valor de imóveis com imposto menor de ganho de capital, uso de depósitos judiciais e imposto menor para a repatriação de valores levados ao exterior sem declaração. (Agência Câmara de Notícias)

Site: <https://www.folhadelondrina.com.br/digital>

Crise das emendas tira Arthur Lira do recesso

RAPHAEL PATI

O caso que envolve o repasse de emendas parlamentares ganhou um novo capítulo, na noite de ontem. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), enviará ainda na manhã de hoje uma petição para que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, relator de uma ação movida por PSol e Novo - que questionam uma possível manobra dele para liberar R\$ 4,2 bilhões em emendas parlamentares - para que detalhe os motivos da suspensão dos repasses a estados e municípios.

"Esperamos que, com o fim do recesso natalino, os ministros que estão retornando possam esclarecer, junto a todos vocês, os procedimentos, como foram feitos e tratados, frutos daquela reunião que houve na segunda-feira com o presidente Lula, quando ele teve que fazer os exames (de saúde), e foi acertado todo o procedimento para a liberação orçamentária de 2024", disse o presidente da Câmara. O recesso natalino no STF vai até 6 de janeiro.

A reunião mencionada por Lira com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu horas antes de o chefe do Executivo se submeter a uma operação para drenar um hematoma na cabeça. Segundo o presidente da Câmara, a liberação das emendas foi acordada nesse encontro, que contou com a presença de outras autoridades, como o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e líderes partidários e ministros do governo.

Um dos pontos criticados pelo PSol e pelo Novo foi a suspensão do trabalho das comissões na última semana do ano legislativo e, conseqüentemente, a falta de discussão sobre o destino das emendas. Sobre isso, Lira justificou que seguiu o rito de outras votações expressivas, como a **reforma tributária** e a sua regulamentação, para suspender temporariamente os grupos temáticos.

"O que era mais importante nessa última semana? Era a gente tratar de emendas parlamentares ou das matérias que deram segurança jurídica para que os cortes de gastos fossem aprovados pela Câmara dos Deputados e, conseqüentemente, pelo Senado Federal?", questionou ele.

Lira se reuniu com Lula na tarde de ontem. O encontro

foi marcado de última hora e o assunto da conversa não foi divulgado pela Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom). O presidente da Câmara havia marcado uma reunião com líderes partidários para tratar, primeiramente, sobre a distribuição de cargos da nova Mesa Diretora no ano que vem, mas fontes confirmaram que a pauta principal foi mesmo a questão dos recursos suspensos por Flávio Dino.

O impasse sobre a liberação das emendas parlamentares é um assunto debatido há quase um ano, desde quando o ministro Flávio Dino, ainda no início de 2023, suspendeu o pagamento de outras modalidades por falta de transparência na distribuição dos valores. Somente no início deste mês o pagamento voltou a ser liberado, após a assinatura de um compromisso do Legislativo com o Executivo de seguir regras de transparência.

Na avaliação da especialista em Poder Legislativo da BMJ Consultores Associados Gabriela Santana, o encontro de ontem serviu para reforçar o apetite do Congresso em derrubar a suspensão das emendas e chegar a um acordo com o STF e o governo.

Além disso, Santana acredita que o episódio reforça ainda mais o poder conquistado na gestão de Arthur Lira, que deve ser transferido para o seu possível sucessor nas próximas eleições parlamentares.

"Vale citar que o cancelamento das comissões desagradou alguns aliados de Lira, que ocupam presidências e mesas desses colegiados, que deveriam ser responsáveis pelo encaminhamento dos pedidos (de verbas por meio de emendas)", destaca.

Para o cientista político e sócio da Hold Assessoria Legislativa André César, a presença constante de Hugo Motta (UB -PB) ao lado de Lira é fundamental para introduzir o principal nome à Presidência da Câmara no ano que vem nos assuntos que estão no radar do Legislativo. "É importante, mostra disposição ao diálogo para todos os lados. Não só aos aliados do Lira, mas, também, para o pessoal mais ligado à Esplanada, ao governo Lula", destaca.

Sobre a postura que o governo deveria adotar neste momento, o cientista político Carlos Eduardo Novato compara a um "jogo de equilibrar pratos", em que o Executivo não pode depositar todas as fichas em uma

situação de impasse.

"O governo precisa sinalizar ao Congresso que não parte dele os obstáculos impostos à execução das emendas."

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6804/27-12-2024.html?all=1>

Lira cobra ministros de Lula por acordo sobre emendas e dará resposta ao STF

BRASÍLIA O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PPAL), disse ontem que todos os atos relacionados às emendas parlamentares ao Orçamento foram feitos em cumprimento à lei sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seguindo acordo com governo e Judiciário. Lira cobrou que os ministros do Executivo prestem esclarecimentos, após o recesso natalino, sobre os procedimentos adotados na distribuição dos recursos.

Ele disse ainda que vai remeter hoje ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino documento ponderando pontos da decisão do magistrado que determinou o bloqueio de R\$ 4,2 bilhões em emendas de comissão. Os recursos estavam previstos para serem pagos até o fim do ano.

O ofício que havia liberado o pagamento do montante bilionário em emendas de comissão tinha a assinatura de 17 líderes de bancadas.

Para justificar a suspensão do repasse, Dino afirmou em sua decisão que houve um "apadrinhamento" das emendas pelos líderes partidários, o que, na prática, impede a identificação dos parlamentares que efetivamente fizeram os pedidos de distribuição. O sistema de apadrinhamento contraria decisões do STF que condicionaram a destinação das emendas a requisitos da transparência e rastreabilidade.

Lira afirmou que as decisões sobre emendas foram feitas em cumprimento à decisão anterior do STF, observando ainda a lei complementar sancionada por Lula. "E, mais do que isso, o procedimento do encaminhamento da relação do apadrinhamento dos líderes da Câmara e dos líderes do Senado obedeceu a um critério rigoroso de análise do Gabinete da Casa Civil, do Ministério da Fazenda, do Planejamento e da AGU", destacou. A declaração foi dada pelo presidente da Câmara na porta de sua residência oficial após se reunir com líderes. Mais cedo, ele havia se encontrado com Lula para tratar do assunto.

Embora Lira tenha ressaltado o trâmite entre os ministérios do Executivo, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou ontem, em entrevista à CNN Brasil, que a Advocacia-Geral da União (AGU) orientou o governo "a manter cumprimento das decisões do Dino".

O presidente da Câmara disse que a Casa está "tranquila" e que todos os atos em relação às emendas foram acertados entre os três Poderes. "Nós esperamos que, com o fim do recesso natalino, os ministros que estão retornando possam esclarecer junto a todos vocês os procedimentos, como foram feitos, como foram tratados", afirmou.

'SEGURANÇA JURÍDICA'. Lira disse ainda que foram feitas "ilações" sobre a decisão da Câmara de suspender na última semana legislativa o funcionamento de todas as comissões, mantendo apenas as votações em plenário. Ele afirmou que a medida serviu para acelerar a apreciação de matérias importantes para o Executivo, como o próprio pacote de ajuste fiscal, e não teve relação com o pagamento dos recursos das emendas de comissão.

"Queria lembrá-los de que todas as votações importantes que houve durante esses últimos anos na Câmara dos Deputados, como a PEC da **Reforma Tributária**, a Lei Complementar da **Reforma Tributária**, o retorno da **Reforma Tributária** e, por fim, a votação das matérias de corte de gastos, sempre houve decisão da presidência para que se suspendessem todas as comissões e todas as audiências públicas para que o plenário, de segunda a sexta, debatesse sobre os temas principais", disse.

"Fica, por fim, a pergunta, o que era mais importante nessa última semana? A gente tratar de emendas parlamentares ou tratar das matérias que deram segurança jurídica para que os cortes de gastos fossem aprovados pela Câmara dos Deputados e, consequentemente, pelo Senado Federal?", concluiu Lira.

Como mostrou o Estadão/ Broadcast, parlamentares disseram que a ação de Dino tensionou novamente a relação entre Judiciário e Legislativo.

O senador Ângelo Coronel (PSD-BA), relator do Orçamento de 2025, declarou que só colocará essa matéria para votar quando as regras das emendas estiverem pacificadas e quando não houver "fogo cruzado" entre os Poderes.

Em sua decisão, o ministro do STF também determinou a abertura de um inquérito pela Polícia Federal para investigar a captura das emendas de

comissão.

Segundo Dino, em uma primeira análise, os fatos "desbordam, em muito, da Constituição, pois não se trata de normal exercício de autonomia institucional".

A decisão menciona a Operação Overclean, que investiga suspeita de desvio de emendas em vários Estados. Em uma das ações, a PF flagrou dinheiro vivo sendo transportado em um jatinho que voou de Salvador a Brasília. Na segunda-feira, foram presos políticos do interior da Bahia, além de um policial federal. I SOFIA AGUIAR, LETÍ- CIA NAOME E LEVY TELES

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Especialistas destacam as mudanças da Reforma Tributária para o setor agropecuário

"Haverá grandes transformações com a **Reforma Tributária**, e o atual momento pede análise, estudo e entendimento das inúmeras informações que estão sendo divulgadas. E neste sentido de levar conhecimento que o SESCAP Londrina e região está atuando, promovendo encontros para os empresários sanarem suas dúvidas com especialistas da área tributária", ressalta o presidente do SESCAP-LDR, Euclides Nandes Correia.

A **reforma tributária** que tem como objetivo simplificar a tributação sobre consumo de bens e serviços e impulsionar a economia, traz grandes modificações para inúmeros setores. A principal alteração consiste na unificação de **impostos** que começa a ser implementada gradualmente, a partir de 2026, quando começa a fase de testes e deverá se completar em 2033, quando o ICMS e o ISS deixarão de existir, sendo substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

A Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) entra em vigor só em 2027 e resultará na extinção do

PIS e da COFINS e do IPI. Além do IBS e da CBS, será criado também um Imposto seletivo, chamado de "Imposto do Pecado", que incidirá sobre produtos considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como bebidas alcoólicas, cigarros e veículos automotores. Vale ressaltar, que atualmente esses produtos já possuem alta carga tributária.

"É esperada uma grande melhoria no ambiente de negócios com a simplificação das normas e, principalmente, de uma legislação única sobre IBS e CBS, acabando com a complexa legislação do ICMS, onde temos 27 legislações diferentes, por exemplo, uma para cada Estado da Federação", destaca o advogado tributarista e consultor do SESCAP-LDR, Paulo Pimenta.

O setor agropecuário, apontam especialistas, sofrerá profundas alterações com a **Reforma Tributária**. O produtor rural pessoa física ou jurídica que auferir receita bruta anual superior a R\$ 3.600.000,00 será considerado contribuinte do IBS e da CBS.

"A tributação terá um regime diferenciado, uma vez que os produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura, assim como

os insumos agropecuários e aquícolas, terão uma redução de 60% das alíquotas de IBS e CBS, resultando em aproximadamente (estimativas) 7,6% e 3,6%, assegurando o

crédito sobre os insumos adquiridos", comenta o consultor do SESCAP-LDR

Os produtos hortícolas, frutas, ovos e também os produtos da cesta básica nacional de alimentos, que inclui carnes, peixes (com algumas exceções), farinhas, massas, açúcar, pão, óleo de soja e milho, queijos, manteiga, sal, café e leite, terão as alíquotas reduzidas a zero.

Vale salientar que os produtos agropecuários são tributados a uma alíquota média de 12%, considerando a tributação indireta na cadeia produtiva.

A expectativa é que os produtos que integram a cesta básica de alimentos cheguem à mesa do consumidor com menores preços e que também sejam elevadas as margens de lucro dos produtores.

Entretanto, há uma preocupação do setor em relação ao PIS, Cofins e IPI nos quais alguns insumos da cadeia produtiva não são tributados, como são os casos de sementes e adubos, pois a modificação desses **impostos** está sujeita à incidência de novas tributações e isso poderá causar impacto ao setor, mesmo que a alíquota seja reduzida.

Outro ponto a ser observado é que a **Reforma Tributária** prevê novo imposto seletivo sobre pesticidas e similares e isto promete impactar o custo da produção.

"Compreendemos que haverá benefícios fiscais. Todavia, o maior receio é que estes custos sejam repassados ao consumidor final, ocasionando aumento do valor de inúmeros produtos", comenta o presidente do SESCAP-LDR.

Site: <https://www.folhadelondrina.com.br/digital>

Câmara envia argumentos ao STF e diz que cumpriu regras atuais ao destinar emendas de comissão

Por Karla Lucena, Gabriel Palma, GloboNews e TV Globo - Brasília

A Câmara dos Deputados enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) na madrugada desta sexta-feira (27) uma série de informações requisitadas pelo ministro Flávio Dino sobre a legalidade das emendas indicadas pelas comissões parlamentares da Casa.

Na segunda (23), Dino voltou a suspender o pagamento dessas emendas por entender que as indicações não estavam obedecendo os novos critérios de transparência definidos em decisões anteriores.

Na quinta (26), antes do envio das informações ao STF, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, depois, com líderes partidários para tentar destravar o tema.

?? Emendas parlamentares são verbas previstas no Orçamento da União e que são pagas pelo governo a deputados e senadores. Os parlamentares repassam os valores para obras em seus estados ou municípios.

?? Desde agosto, Flávio Dino vem restringindo o pagamento dessas emendas e cobrando que Executivo e Legislativo cheguem a um modelo mais transparente para divulgar o detalhamento desse dinheiro: quem indicou, onde o dinheiro está e em que será gasto, por exemplo.

O documento enviado ao STF pela Câmara repete, no conteúdo, a argumentação que Lira havia expressado na quinta: a ideia de que as emendas de comissão confirmadas no início de dezembro estão, sim, de acordo com a legislação atual sobre o tema.

Na quinta, após as reuniões com Lula e com líderes, Lira já havia defendido a legalidade dos repasses.

Esperamos que no fim do recesso natalino os ministros que estão retornando possam esclarecer os procedimentos, como foram feitos e tratados, fruto daquela reunião numa segunda-feira com o presidente Lula, quando ele teve o procedimento médico a fazer,

com a presença do presidente do Senado, ministros, e foi acertado todo procedimento pra liberação orçamentária de 2024, disse Lira.

O impasse atual

O impasse sobre as emendas vem desde o início do ano. Dino já havia suspenso o pagamento de outras modalidades por falta de transparência. O pagamento foi liberado no início do mês, após a aprovação da lei e do compromisso do Legislativo e do Executivo em seguir as determinações de transparência.

A nova decisão de Dino foi uma resposta a um pedido do PSOL, que apontou irregularidades na destinação de R\$ 4,2 bilhões em emendas de comissão.

Lira disse que espera que, após o recesso de Natal, o STF analise os argumentos da Câmara e retome os pagamentos.

Todos os atos foram feitos em acordo com o Executivo e o Legislativo e obedecendo aos trâmites do poder Judiciário. Tudo foi submetido à SAJ [Secretaria de Assuntos Jurídicos da Presidência da República] e aos ministérios. Esperamos que, no fim do recesso natalino todos possam esclarecer e peticionaremos amanhã [sexta] de manhã pra que o ministro relator possa ter todas as informações pedidas, afirmou o presidente da Câmara.

O que argumentou o PSOL

O documento que pediu a liberação das emendas - agora suspensas por Dino - foi enviado no dia 12 de dezembro ao Palácio do Planalto por Lira e assinado por 17 líderes de partidos na Casa.

No mesmo dia, Lira cancelou todas as sessões de comissões que estavam marcadas até 20 de dezembro, último dia de trabalho na Câmara em 2025. A decisão do parlamentar citou "a necessidade de o Plenário da Câmara dos Deputados discutir e votar proposições de relevante interesse nacional".

Naquela semana, o Congresso deixou de lado pautas caras ao governo e se debruçou sobre projetos

voltados para a segurança pública, encabeçados por parlamentares ligados a forças de segurança, a favor do armamento e de oposição ao governo.

Após a liberação das emendas, os deputados fizeram um esforço concentrado e votaram a regulamentação da **reforma tributária** e o pacote de cortes de gastos. Com a decisão de Lira, os colegiados temáticos da Câmara não puderam deliberar sobre o destino das emendas de comissão.

Segundo a ação do PSOL, a medida impediu o registro da ata ou deliberação formal de 5,4 mil indicações de emenda em um total de R\$ 4,2 bilhões.

Ao STF, o partido afirmou que parte dessas emendas teve novas indicações de destinos em favor de Alagoas, estado de Lira, o que o PSOL apontou como ilegal. O governo federal, por meio da Casa Civil, não viu irregularidades e autorizou o repasse.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/12/27/emendas-camara-envia-argumentos-ao-stf-e-diz-que-cumpriu-regras-atuais-ao-destinar-recursos.ghtml>

Churrasco ficará mais barato? Veja o que muda com a reforma tributária

Ludimila Honorato

A Câmara dos Deputados aprovou nesta semana o projeto que regulamenta a **reforma tributária**. Um dos destaques é a isenção total de **impostos** sobre alimentos essenciais na cesta básica, entre eles a carne.

Deputados aprovaram projeto após alterações no texto do Senado. Eles votaram a lista de mudanças feitas pelos senadores que serão mantidas -o placar foi de 324 a 123. Já a lista de alterações que não foram aceitas teve 328 a 18. O texto do Senado foi aprovado na semana passada.

Texto vai para sanção do presidente Lula (PT). Agora, cabe a ele a sanção e os eventuais vetos à **reforma tributária** dentro do prazo de 15 dias úteis. O veto à proposta pode ser total ou em apenas artigos específicos do texto validado pelo Legislativo.

Carnes, peixes, queijos e sal terão isenção tributária garantida. Integram a relação carnes bovina, suína, ovina, caprina e de aves e produtos de origem animal (exceto foie gras), peixes (exceto salmonídeos, atuns, bacalhaus, hadoque, saithe e ovas e outros subprodutos) e os queijos tipo mozzarella, minas, prato, queijo de coalho, ricota, requeijão, queijo provolone, queijo parmesão, queijo fresco não maturado e queijo do reino.

Provavelmente não. O setor vem passando por um período complicado de ajustes de oferta, que tem feito os preços subirem. Tem ainda o impacto da estiagem e preço mais alto da soja, por exemplo, que encarece o produto.

Depende de muitos. Allan Couto, economista e fundador da plataforma Gain, explica que o impacto real dependerá de como produtores e varejistas reagirão à mudança. Caso os ganhos sejam repassados ao consumidor, os preços poderão cair, mas fatores como custos elevados de produção ou alta demanda podem neutralizar essa redução.

A própria oferta e demanda é um fator, sendo que menos oferta faz os preços subirem. O preço da ração, composta principalmente por restos de soja, a estiagem, fatores climáticos que se refletem nos pastos e a taxa de câmbio também giram em torno do

preço, além de outros custos envolvidos na criação do animal. "Ainda que eles repassem, se a gente tiver pressão em preços dos outros lados da economia, a gente vai continuar tendo preços pressionados", diz a economista Juliana Inhasz, professora no Insper.

A medida pode desencadear efeitos em cadeia no mercado. Segundo Couto, a diminuição no preço da carne pode aumentar o poder de compra dos consumidores, estimulando a demanda por outros bens. "No entanto, se houver um aumento nos custos de produção, isso pode pressionar os preços de outros produtos relacionados à cadeia de suprimentos", explica.

Regiões e classes mais vulneráveis tendem a ser mais beneficiadas. O economista destaca que regiões com alto consumo de carne, como Sudeste e Centro-Oeste, podem sentir maior impacto positivo. As classes de baixa renda, que destinam uma parcela significativa de seus ganhos à alimentação, podem encontrar um alívio financeiro significativo. "Isso ampliaria o acesso a proteínas para esses grupos", avalia.

Isenção da carne poderia afetar imposto de outros bens. A redução ou mesmo isenção de imposto traz uma perda significativa para a nação. "O governo precisa garantir uma arrecadação. Se pôr a carne com alíquota zero impacta outros produtos, ele provavelmente vai distribuir essa tributação, mas a gente não sabe ainda, é difícil dizer se outros produtos de fato vão ser mais impactados", diz a economista.

Na prática, para o consumidor, não dá para esperar grandes reduções de preço. Pode ser que alguns itens tenham **impostos** reduzidos, mas os produtores têm tido margens de lucro muito apertadas e, nesse momento, vão querer um pouco de ganho com essa medida, diz Inhasz.

Juliana Inhasz, economista

Nem toda redução de tributo resulta em preços menores. Couto concorda que os varejistas podem optar por não repassar integralmente a economia gerada pela isenção ao consumidor. Couto ressalta que aumentos nos custos de insumos ou maior demanda por produtos também podem anular os efeitos esperados. "Isso torna incerto o impacto direto da isenção no bolso do consumidor", diz o economista.

O que se prevê são preços subindo menos. "Mas a dinâmica de preços vai depender da condução das políticas econômicas fiscal e monetária para conter os preços mais baixos", diz Inhasz.

A longo prazo, a medida pode atrair investimentos e estabilizar o mercado. Com o aumento do consumo, a produção pode ser incentivada, gerando maior concorrência e eficiência no setor de carnes. Essa dinâmica pode resultar em preços mais equilibrados, mas depende de políticas que promovam sustentabilidade e equidade. "Sem essas ações, há o risco de pressão sobre recursos naturais e concentração de mercado", afirma Couto.

Reforma promete simplificar o sistema e gerar justiça tributária. "No Brasil, os pobres pagam proporcionalmente muito mais da sua renda em **impostos** do que os mais ricos, porque os **impostos** no país recaem muito sobre o consumo", diz Inhasz. Visa também tornar mais transparente a arrecadação de **impostos**.

Deve ocorrer um aumento de arrecadação. Inhasz aponta também para uma maior justiça distributiva e tributária a partir da implementação total da reforma. "Isso vai trazer, naturalmente, maior segurança e uma economia um tanto mais sólida", afirma. No cenário ideal, são ganhos em confiança e estabilidade.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/12/27/preco-da-carne-reforma-tributaria.htm>

Dominância política - CELSO MING

CELSO MING

Celso Ming COMENTARISTA DE ECONOMIA

A deterioração das contas públicas e a esticada dos juros levou alguns comentaristas a denunciar o risco de dominância fiscal, situação em que o avanço do rombo fica tão inevitável que tira capacidade da política monetária (política de juros) exercida pelo Banco Central de combater a inflação.

É cedo para apostar nesse enrosco. O que se pode dizer é que a desarrumação da economia tende a produzir o que poderá ser chamado de dominância política - quando as opções eleitorais do governo e dos maiores do Congresso acabam por prevalecer sobre as decisões de política econômica.

Neste 2025, não haverá eleições, mas o clima eleitoral, de olho na sucessão presidencial, na dos governadores e na de renovação do Senado, em 2026, acabará por permear toda a atividade política.

A reforma trabalhista do período Temer já deu o que tinha de dar. E a reforma tributária, que não foi lá uma Brastemp, mas a que saiu, ainda vai demorar alguns anos para começar a produzir os efeitos positivos, especialmente em simplificação do sistema tributário. Ou seja, por essas vias ligadas à modernização da economia, não há muito com o que contar ao longo de 2025.

O passado próximo nos induz a temer que o jogo eleitoral acabe por ampliar os desequilíbrios da economia. Foi assim em 2010, em 2014 e em 2022.

Como já avaliado em colunas anteriores, para atender a seus objetivos eleitorais, o presidente Lula terá de optar por um entre dois caminhos: ou tratará de dar força para a responsabilidade fiscal e para os cuidados com a solidez dos fundamentos da economia, para que a percepção do eleitor não aponte para o pior; ou preferirá despejar ainda mais despesas sociais, distribuir renúncias tributárias e uma profusão de créditos subsidiados, na tentativa de assegurar a boa vontade do eleitor para o próximo pleito.

Difícil saber para que lado olhará Margarida. O que se pode dizer é que, tanto para o presidente Lula como para as forças à esquerda do espectro partidário que o apoiam, falta convicção de que seja necessário um ajuste sério. É gente que prefere empurrar as soluções dos problemas com a barriga ou entregar pacotinhos

para tentar sossegar os rendeiros e a turma da Faria Lima, como o que acaba de ser aprovado.

A partir daí, aumentam as incertezas sobre a estabilização da dívida pública, sobre o comportamento da inflação, sobre a trajetória do câmbio e dos juros, cronograma de investimentos...

e por aí vai.

Se for confirmada a piora das condições financeiras, aumentará o custo do refinanciamento da dívida e, outra vez, as despesas tenderão a ultrapassar a arrecadação de impostos.

Parece improvável que o presidente Lula concorde com essa avaliação, embora seus ministros da área econômica o venham advertindo para esses riscos.

Isso sugere que será preciso que a situação piore antes de que comece a melhorar.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com leilão, dólar fecha a R\$ 6,17

FERNANDA STRICKLAND

Após nova intervenção cambial do Banco Central (BC), o dólar comercial apresentou tímida baixa na volta do feriado de Natal. A moeda norte-americana encerrou o dia cotada a R\$ 6,1794 na venda, com uma modesta desvalorização de 0,09%. A leve queda reflete o cenário de incertezas sobre a economia brasileira, impulsionado pela desconfiança do mercado quanto à sustentabilidade da dívida pública e às políticas fiscais do governo federal.

Ontem, o BC vendeu US\$ 3 bilhões no mercado à vista, somando um total de US\$ 30,77 bilhões em leilões desde que iniciou as operações há duas semanas. A intervenção visa conter a volatilidade cambial e atender à demanda por dólares de empresas e fundos para remessas ao exterior, algo típico no fim do ano.

Quando o dólar sobe, tem repercussão direta na economia, pressionando a **inflação** e aumentando o custo de insumos e produtos importados. Além disso, o cenário de incertezas afasta investidores e dificulta o planejamento de empresas com negócios internacionais.

Enquanto isso, o governo enfrenta o desafio de restaurar a confiança do mercado e estabilizar a economia em um cenário global marcado por instabilidades geopolíticas e mudanças na política monetária de países desenvolvidos.

A expectativa é de que medidas concretas de ajuste fiscal e maior diálogo com o mercado possam contribuir para reduzir as incertezas e estabilizar o câmbio.

O economista Newton Marques, professor da Universidade de Brasília (UnB), aponta que a instabilidade recente da taxa de câmbio tem múltiplas causas.

"Há suspeita de que o maior responsável foram as remessas de dividendos das empresas, em meio à preocupação com o pacote fiscal discutido no Congresso, que poderia tributar esses dividendos.

Isso se agravou por movimentos no mercado externo relacionados à política monetária nos Estados Unidos e na Europa", explicou.

Para Marques, o atraso da autarquia em intervir no

mercado foi um dos fatores que ampliaram a oscilação cambial. "Somente quando o Banco Central começou a vender dólares com acordo de recompra é que a volatilidade começou a se normalizar", acrescentou.

O economista Vinícius do Carmo, por sua vez, destacou o impacto da falta de transparência nas políticas fiscais do governo sobre o câmbio. "Ainda persiste muita contrariedade e desconfiança do mercado. A falta de clareza nos cortes orçamentários e nos objetivos fiscais empurra o dólar para cima. Hoje, o leilão de US\$ 3 bilhões pelo BC funcionou em partes. O custo desse desentendimento entre governo e mercado tem sido as reservas cambiais liquidadas", disse.

Impacto

Em 2024, o impacto econômico de conflitos geopolíticos foi um dos principais fatores que moldaram a dinâmica global. O ano foi marcado por intensa volatilidade nos preços das commodities, desafios logísticos e uma **inflação** persistente, o que exigiu ajustes na política monetária de diversos países. No Brasil especificamente, essa instabilidade levou o dólar a disparar e alcançar a marca de R\$ 6,00 e empresas como a Petrobras a acumularem mais de 11,6% de valorização em razão da alta no preço dos barris.

Segundo Sidney Lima, analista CNPI da Ouro Preto Investimentos, "os confrontos no Oriente Médio, especialmente entre Israel e Palestina, assim como a guerra em curso entre a Rússia e a Ucrânia, afetaram profundamente os mercados financeiros, as cadeias de suprimento e a estabilidade econômica mundial, principalmente devido à dependência de combustível e energia por parte da Europa". Neste contexto, ele cita que é essencial entender como esses conflitos interagiram com a economia global e como as consequências podem se estender a longo prazo.

Transparência

A Advocacia-Geral da União encaminhou ofício ao Google, ontem, pedindo para que a plataforma tome certos cuidados, listados no documento, para dar mais transparência nas informações passadas sobre a cotação do dólar. No documento, é reforçado como informações imprecisas sobre a moeda podem afetar o mercado financeiro e a percepção pública. No feriado, o tema "dólar a R\$ 6,38" foi um dos mais discutidos no X (ex-Twitter).

O Google chegou a mostrar a cotação errada da moeda no último dia 25, mas tirou a ferramenta do ar horas depois.

**

Bitcoin de volta aos US\$ 95 mil

O bitcoin operava em queda ontem retomando o comportamento sem ímpeto altista. A moeda digital exibia dificuldade em participar do rali de Natal que ocorre em ativos de risco do mercado tradicional nesta época do ano.

O bitcoin cedia 2,84%, a US\$ 95.652,95 nas últimas 24 horas até 16h50 (de Brasília), segundo a Binance. E o Ethereum recuava 4,31%, a US\$ 3.335,92, no mesmo intervalo.

O bitcoin seguia sem um movimento linear para se manter acima do nível de US\$ 100 mil de maneira sustentável, enquanto as expectativas de um ambiente mais favorável para as criptomoedas sob a gestão do presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, esbarram na sinalização de que o Federal Reserve (Fed) deverá agir com mais parcimônia no corte de juros, o que desfavorece ativos de risco.

Mesmo com a volatilidade, analistas seguem prevendo ganhos para a criptomoeda no próximo ano.

"A valorização do bitcoin até a marca de US\$ 200 mil pode ser alcançada em 2025, mas não será em uma trajetória linear", avalia o CEO e cofundador da Ripio, Sebastián Serrano. Para o executivo, a proposta do presidente eleito dos Estados Unidos Donald Trump de criar estoques de bitcoin pode ser viável se o processo começar com o que eles já têm em criptomoedas confiscadas por órgãos fiscais.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6804/27-12-2024.html?all=1>

A cegueira de Lula com o dólar (Editorial)

Enquanto o dólar consolidava posição acima dos R\$ 6,00, o Banco Central (BC) registrava, nos primeiros 19 dias de dezembro, a saída do País de US\$ 14,699 bilhões, um recorde histórico da série iniciada em 2008. Dois movimentos conectados que se juntam a outro ainda mais danoso, conhecido na literatura econômica por pass-through, que caracteriza o repasse da mudança do câmbio para os preços aos consumidores e o impacto nos investimentos e que afeta também os volumes do comércio exterior e os preços de importações e exportações.

O repasse cambial aos preços domésticos de bens de consumo está ocorrendo em velocidade maior do que normalmente é observado porque a economia está muito aquecida, com crescimento da demanda em ritmo mais intenso do que a capacidade de oferta, resultado de políticas de incentivo ao crédito e, em grande parte, ao aumento de programas de transferências de renda. Economistas ouvidos pelo Estadão situaram o repasse do câmbio aos preços entre 8% e 10%, com impacto certo sobre a **inflação** não apenas no curtíssimo prazo, mas também no futuro. Uma consultoria chega a calcular aumento de 1 ponto porcentual no IPCA em 12 meses.

À exceção dos integrantes do BC, os representantes do governo Lula da Silva costumam atribuir a escalada do dólar a especulações do mercado financeiro.

Em meio à alta cambial e à saída de dólares, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner, usou a tribuna para, mais uma vez, falar em especulação "de altíssimo grau". Em julho, o próprio Lula havia dito o mesmo. "É uma especulação.

Há um jogo de interesse especulativo contra o real neste país. Não é normal o que está acontecendo", disse em uma de suas entrevistas a programas de rádio.

O dólar estava cotado, então, em R\$ 5,653 e o estopim para a alta, na ocasião, foram as duras críticas do presidente à política monetária do Banco Central, que interrompeu em junho o ciclo de queda na Selic, depois de cortes na taxa de juros por sete reuniões consecutivas do Comitê de Política Monetária (Copom). O banco decidira, por unanimidade, voltar à política contracionista para tentar manter o processo desinflacionário, que perdia terreno diante do sobreaquecimento da economia. Irritado, Lula disse que "não se pode inventar crises" e "jogar a culpa" nas declarações do presidente da República.

Estivesse ele com os pés no chão e não pairando em devaneios nacionaldesenvolvimentistas, Lula da Silva se daria conta de que a insegurança do mercado ocorre em consequência dos atos de seu governo, que rotineiramente contradizem discursos oficiais de austeridade fiscal. O grau de especulação que pode estar embutido na alta do dólar se deve ao pânico em relação aos planos fiscais, como descrito em artigo recente da revista britânica The Economist.

O texto, reproduzido pelo Estadão, destaca que o real é a moeda com pior desempenho em 2024 - até a semana do Natal, a desvalorização acumulada ultrapassava 27%, mesmo após as intervenções do Banco Central para tentar conter a alta da moeda americana. O pacote fiscal medíocre apresentado pelo governo, que havia prometido um amplo corte de gastos, está no centro da atual queda vertiginosa do real. "Os mercados financeiros estão clamando por uma reviravolta fiscal, que o governo reluta em oferecer", diz o artigo, que recorre a uma declaração do chefe de pesquisa econômica para a América Latina do banco Goldman Sachs, Alberto Ramos, para apresentar um diagnóstico para o Brasil: "Quanto mais você esperar, maior será o risco de que as coisas sejam feitas da maneira mais difícil, e o mercado forçará a correção. Os sintomas de uma crise estão aí".

Recente relatório sobre as perspectivas para as companhias na América Latina em 2025, divulgado pela agência de classificação de risco Fitch Ratings, avalia que a piora das condições econômicas no Brasil ameaça os negócios das empresas. Ressalte-se que a saída de dólares verificada pelo BC vem aumentando não apenas nas empresas, mas também por pessoas físicas.

Ou o governo se convence que é preciso mudar de rota ou caminhará direto para a crise.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Trump traz fórmulas antigas para um mundo novo (Artigo)

Rafael Perez e João Guilherme Benetti Ramos

Estados Unidos. Num processo eleitoral marcado pelo endurecimento do discurso do isolamento dos Estados Unidos e por tensões sociais, é necessário refletir sobre a fórmula que Trump aplicará nos próximos quatro anos e seus possíveis efeitos.

O mundo passou por grandes transformações desde 2020, quando ocorreram as últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos, e há um cenário de profundas complexidades a ser enfrentado.

Quando Trump ainda era o inquilino do Salão Oval, o maior problema de segurança internacional enfrentado pelo país era a presença do Estado Islâmico e sua potencial ameaça internacional. Trump se orgulha de afirmar que não começou nenhuma guerra e, apesar de haver escalado retórica de conflitos com a China sobre o Mar do Sul, não buscou investir recursos dos Estados Unidos em aumentar o potencial militar em zonas potencialmente conflituosas.

A política de privilegiar os temas nacionais será posta à prova pela realidade do momento: a guerra na Ucrânia e os ataques militares de Israel na Palestina e no Líbano dividem a comunidade internacional e demandam posicionamento dos Estados Unidos. A ajuda militar estadunidense e mesmo o posicionamento contundente do presidente são elementos que podem contribuir para a escalada dos conflitos.

O mundo também enxerga uma tendência maior ao regionalismo e o abandono das estruturas de interdependência.

Os embargos promovidos pelo Ocidente à Rússia levaram o país a negociar com mecanismos de troca alternativos ao dólar, bem como a buscar alternativas logísticas para voos e transporte marítimo.

A mais recente cúpula dos Brics, que ocorreu em Kazan, na Rússia, em outubro, teve como objeto central a criação de um mecanismo de troca entre os países membros do bloco.

A política externa de Trump, que durante seu primeiro mandato privilegiou o isolamento e a não-interferência como medidas de austeridade, pode acentuar um

mundo onde estruturas que criavam a necessidade de comunicação e cooperação entre Estados diminuam.

Buscar isolamento também pode aprofundar uma tendência à degradação de mecanismos internacionais que hoje fortalecem os Estados Unidos, como a estrutura de regulamentação de comércio, o direito marítimo e o uso do dólar como mecanismo de trocas.

Neste cenário desafiador, é importante ressaltar que a presença de Susie Wiles como chefe de Gabinete na Casa Branca e de Elise Stefanik como embaixadora para as Nações Unidas pode ser o indicativo de que Trump apostará em agendas domésticas e internacionais mais tradicionais.

Trump terá mais desafios que em seu primeiro mandato, pois os bancos centrais de todo o mundo, inclusive o Federal Reserve (o Fed, banco central dos Estados Unidos), ainda lutam contra as pressões inflacionárias dos últimos anos e vêm praticando taxas de juros bem mais elevadas do que sete anos atrás.

Soma-se a isso o fato de que diversos países, entre eles os Estados Unidos, saíram da pandemia com déficits fiscais e dívidas maiores, o que pode impor restrições para políticas fiscais mais expansionistas e ter implicações sobre a política monetária, demandando juros mais elevados no médio e no longo prazos.

As propostas de aumento das barreiras comerciais sinalizadas por Trump em sua campanha, como o aumento das tarifas de importação em até 20% para todos os países e de 60% para a China, devem resultar em alta dos custos para as empresas e preços mais elevados para os consumidores, dificultando o processo de desinflação que está em curso na economia norte-americana.

O aumento na entrada de imigrantes nos Estados Unidos foi responsável por expandir a oferta de mão de obra e conter uma alta nos valores de salários. As medidas mais rígidas prometidas em campanha contra a imigração podem afetar o mercado de trabalho e produzir **inflação** no médio prazo.

Esse cenário econômico pode colocar limites ao ciclo de queda das taxas de juros pelo Fed, trazendo mais um componente de incerteza para a política monetária

e os mercados globais, principalmente se houver uma pressão de Trump sobre a institucionalidade do banco central para justificar resultados econômicos aquém do esperado.

Donald Trump recebeu mais de 70% dos votos daqueles que acreditam ser necessária uma mudança na condução da economia. Ainda que haja dúvidas se ele seguirá à risca a mesma fórmula utilizada no mandato passado, suas promessas de campanha podem trazer de volta o fantasma da **inflação** que tanto prejudicou a popularidade de Biden/Harris e uma taxa de juros mais elevada nos próximos anos.

Portanto, os novos desafios econômicos que o republicano poderá enfrentar, aliados a uma perda de influência dos Estados Unidos e de seus mecanismos de ação externa - notoriamente o dólar -, podem gerar potenciais ameaças a uma condução estável do republicano na Casa Branca.

SÃO, RESPECTIVAMENTE, ECONOMISTA, BACHAREL EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (UNESP) E MESTRE EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FEA-RP/USP); E ANALISTA POLÍTICO, DOUTORANDO NO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA USP (IRI-USP).

E-MAILS: RAFAELLO_29@HOTMAIL.COM / JOAOBR@USP.BR

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Campos Neto deve concluir gestão que mais descumpriu as metas de inflação

CÍCERO COTRIM BRASÍLIA

A gestão de Roberto Campos Neto como presidente do Banco Central (BC) chega ao fim na próxima terça-feira como a que mais descumpriu metas de inflação. Foi em sua administração também que a taxa básica de juros, a Selic, caiu à mínima nominal histórica, de 2%, em 2020. Dois anos depois, porém, subiu de novo, e hoje está em 12,25%. A avaliação de especialistas é de que Campos Neto enfrentou períodos "anômalos", como a pandemia de covid-19 (2020- 2023) e guerras, como a da Ucrânia, o que explicaria o vaivém dos índices, tanto da inflação quanto da Selic.

Na sexta-feira, em transmissão ao vivo em que fez um balanço da gestão, Campos Neto afirmou que, neste ano, "nem o (Banco Central) do Brasil nem nenhum do mundo" cumpriu a meta de inflação. Antes, em novembro, ele havia dito que cumprira as metas nos dois primeiros anos de mandato, mas veio então a pandemia. Segundo ele, foi o momento mais tenso da gestão, pois via "uma coisa grande vindo", mas as informações ainda eram desencontradas.

Desde 2019, quando ele assumiu, o IPCA superou o teto da meta de inflação duas vezes: em 2021, quando foi a 10,06%, a terceira maior taxa do Plano Real, e em 2022, quando ficou em 5,79%. Tudo indica que a taxa também vai superar o teto da meta neste ano, de 4,5%. Relatório Focus desta semana mostrou que o mercado projeta uma inflação de 4,91% em 2024.

Entre os quatro antecessores de Campos Neto que trabalharam sob o regime de metas, Armínio Fraga (1999-2003) perdeu o alvo duas vezes, e Henrique Meirelles (2003-2010), Alexandre Tombini (2011-2016) e Ilan Goldfajn (2016-2019), uma vez cada.

Economistas ouvidos pelo Estadão/ Broadcast dizem que o descumprimento das metas não desabona a gestão de Campos Neto.

"Se formos medir o legado pelo número de anos com a inflação acima do teto da meta, pode-se dizer que a gestão foi um fracasso. Mas não vejo dessa forma, por causa das condições anômalas que tivemos, quer pela pandemia, quer pela expansão fiscal, e em um ambiente político muito polarizado", diz Carlos Kawall,

sóciofundador da Oriz Partners e ex-secretário do Tesouro.

Para Alexandre Schwartzman, ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC e consultor da Pinotti Schwartzman Associados, "todo o histórico sugere que Campos Neto não foi o banqueiro central mais conservador da face da terra". "As decisões nunca foram irresponsáveis, mas Campos Neto tomou risco em algumas ocasiões. Apesar da fama, ele não foi um cara particularmente duro na questão inflacionária", avalia.

A partir de janeiro, Gabriel Galípolo, atual diretor de Política Monetária, assume a presidência do BC. Antes, o economista formado pela PUC-SP foi secretário executivo do Ministério da Fazenda na gestão do atual titular da pasta, Fernando Haddad.

Estouro

Desde 2019, o IPCA superou o teto da meta duas vezes: em 2021 e 2022; isso tende a ocorrer de novo em 2024

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Autonomia do BC é o maior legado de Campos Neto, dizem especialistas

CÍCERO COTRIM BRASÍLIA

Presidente do Banco Central desde 2019, Roberto Campos Neto, que encerra seu mandato na próxima semana, deixa como principal legado o aprimoramento institucional da autarquia, segundo agentes do mercado ouvidos pelo Estadão/ Broadcast. O maior exemplo é a autonomia operacional do BC, conquistada em 2021, em grande parte em razão de um esforço pessoal dele.

Analistas concordam que a impossibilidade de demissão do presidente do BC criou momentos de volatilidade. Insatisfeito com os juros e enxergando em Campos Neto um representante do bolsonarismo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou várias vezes publicamente a autarquia e o próprio Campos Neto. Mas também foi a autonomia que blindou as expectativas de uma desancoragem mais forte desde 2023, ao garantir a continuidade da âncora monetária.

"Foi diferente a experiência de você ter um governo que é fiscalmente meio irresponsável, mas ter o BC segurando a parte monetária", afirma o diretor de macroeconomia do ASA, Fábio Kanczuk, que foi diretor de Política Econômica do BC entre 2019 e 2021.

Ainda em meados de 2022, em meio às propostas de expansão fiscal nas eleições, as expectativas para a inflação de 2024 - então de dois anos à frente - começaram a se deslocar da meta.

No fim do ano, acomodaram-se em 3,5%, 0,5 ponto percentual acima do centro da meta, de 3%, em razão das discussões sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que elevou o limite de gastos do Executivo.

Entre os últimos dias de 2022 e os primeiros de 2023, as expectativas voltaram a subir, especialmente após Lula defender uma mudança na meta de inflação.

"No atual governo, com o Executivo batendo no BC, foi importante ter a autonomia, que ajudou na condução da política monetária", afirma Alexandre Schwartsman, ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC e consultor da Pinotti Schwartsman Associados.

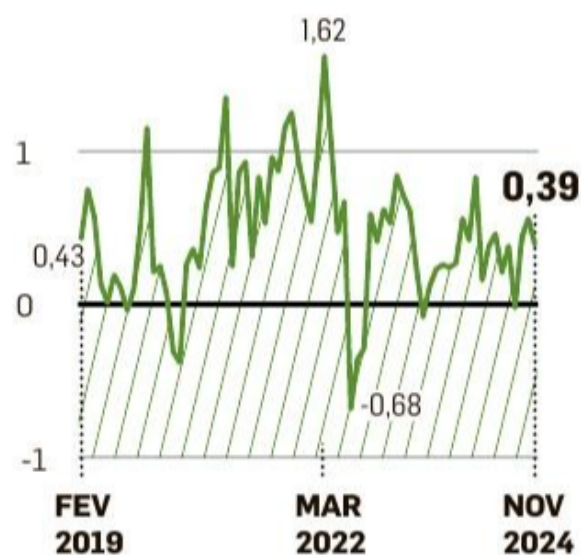
Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

INFLAÇÃO X SELIC

Gestão Campos Neto registrou baixa histórica de juros, mas também pico de inflação por causa da pandemia

IPCA

EM PORCENTAGEM



Juros

EM PORCENTAGEM AO ANO



FONTES: IBGE E BANCO CENTRAL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Dívida pública federal chega a R\$ 7,2 tri em novembro

A dívida pública federal cresceu 1,85% em novembro em relação ao mês anterior, somando R\$ 7,2 trilhões, conforme divulgado pelo Tesouro Nacional ontem. Em 2023, o valor encerrou o ano em R\$ 6,52 trilhões. Essa é a dívida do Tesouro

Nacional, e não considera indicadores de estados, municípios e estatais, além de títulos do Banco Central (BC).

Neste ano, o estoque da dívida pública federal aumentou R\$ 683 bilhões, 10,49% superior ao estoque final de 2023.

A dívida federal é detida por instituições financeiras, fundos, contas de Previdência, governos, seguradoras e pessoas físicas.

Segundo o coordenador geral de Operações da Dívida Pública substituto, Roberto Lobarinhas, uma boa gestão de dívida passa por diversos elementos. Para ele, o desafio do ano que vem será ter uma estratégia flexível.

- O grande desafio para o próximo ano é que tenhamos

uma estratégia flexível o suficiente para que ela possa navegar bem nas condições de mercado que vão ainda se apresentar a nós. Temos todos os instrumentos a nossa disposição, desde índices de preços mais curtos aos mais longos, prefixados em todas as categorias também, com uma base de investidores ainda muito bem diversificada - afirmou ontem em entrevista coletiva.

A dívida bruta, considerada o mais importante indicador de solvência do governo, deve atingir o equivalente a 81,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**), em 2027, segundo relatório do Tesouro Nacional.

Depois, o endividamento entraria em trajetória de queda, chegando a 75,6% do **PIB** em 2034. Para este ano, a expectativa do Tesouro é que a dívida termine o ano em 77,7%, aquém do resultado até outubro, de 78,6% do **PIB**, segundo dados do Banco Central. Em 2023, a dívida foi de 74,4% do **PIB**.

Na mesma entrevista, Lobarinhas destacou que a atuação do Tesouro com leilões na última semana em

meio à turbulência do mercado não tenta frear a alta do dólar, controlar o câmbio ou a curva de juros. Segundo ele, os leilões tiveram o objetivo de balizar preços em momento de maior volatilidade. (Com Valor)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Após alívio na dívida, é preciso cobrar austeridade de Estados (Editorial)

Os Estados ganharam do Congresso um presente de Natal - o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), aprovado nos últimos dias do ano legislativo. Ele pode reduzir a zero o juro a ser pago e até abate o principal devido à União, com exigências óbvias e sensatas de controle de gastos e boas práticas.

Aprovado pelo Senado em agosto, o Propag teve tramitação rápida para os padrões do Congresso. No início deste mês recebeu aval da Câmara dos Deputados e, uma semana depois, passou com espantosa unanimidade no Senado - 72 votos a favor, nenhum contrário.

A proposta é generosa, como se espera de um projeto que parte do ponto de vista do devedor. O desenho do Propag saiu da caneta do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que está deixando o posto e não esconde o desejo de se candidatar ao governo de Minas Gerais, em 2026. Um dos Estados mais endividados, Minas obteve liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) para não pagar seus compromissos.

O programa autoriza o desconto dos juros até chegar a zero e permite aos Estados transferir ativos e créditos a receber para a União como parte do pagamento. O prazo de pagamento chega a 30 anos e as parcelas terão os valores inicialmente reduzidos, começando em 20%, e só chegando a 100% no quinto ano, escalonamento previsto no programa anterior, o Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Além disso, exige como contrapartida investimentos que dão visibilidade aos governantes em áreas em que teriam mesmo que aplicar recursos, como educação, formação profissional, saneamento, habitação, enfrentamento das mudanças climáticas, transporte e segurança pública.

A melhor parte para o devedor é a possibilidade de reduzir a zero o juro pago, corrigindo a dívida só pelo IPCA, em vez dos atuais IPCA mais 4% ao ano. Dependendo da amortização feita no início da adesão ao programa e dos investimentos realizados em contrapartida, os juros caem para 2%, 1% ou zero. Parte dos recursos economizados com o desconto de juros será canalizada para o Fundo de Equalização Federal (FEF), que será redistribuído para

investimentos em todos os Estados e no Distrito Federal, o que foi apresentado como uma espécie de compensação para os que estão cumprindo suas obrigações em dia.

É a quinta rodada de negociação da dívida de Estados, maratona que começou em 1993, para preparar a entrada do Plano Real. Até agora não houve sucesso em acabar com a bola de neve ao menos para os endividados contumazes como Rio de Janeiro, Minas e Rio Grande do Sul - que, com São Paulo, concentram 90% do total devido, estimado em R\$ 765 bilhões.

Desses Estados, apenas São Paulo continua quitando os compromissos. Minas não vem pagando por conta de autorização judicial. O Rio aderiu ao RRF, mas supera os limites responsáveis cia relação entre dívida e receita líquida. O Rio Grande do Sul ganhou três anos de suspensão dos pagamentos devidos e o aumento gradual de prestações depois desse período, em consequência da tragédia das enchentes, que lhe deu direito a decreto de calamidade pública votado no Congresso. Goiás também aderiu ao Regime de Recuperação.

Na prática, o Propag significa a transferência de encargos dos Estados para a União. Quando o PLP 121 seguiu do Senado para a Câmara dos Deputados, o economista Manoel Pires, pesquisador e coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), calculou seu impacto para o governo federal. Pires levou em consideração a adesão de todos os Estados ao novo programa e a possibilidade de todos preencherem as condições para pagarem apenas a **inflação** e não os 4% de juros mais IPCA. Como naquele momento, em setembro, o governo federal pagava juros ao redor de 6% mais IPCA para financiar sua dívida, o custo para a União seria de R\$ 48 bilhões por ano, para suportar a diferença. A conta aumenta se for considerado o período de transição autorizado para os Estados que estão no RRF - Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e também Minas, cuja participação estava pendente.

De lá para cá, as condições de financiamento da União pioraram muito devido à desconfiança do mercado financeiro sobre a fragilidade fiscal do

governo federal. Pode-se dizer que o custo para a União de bancar o novo programa de renegociação da dívida dos Estados aumentou em um terço, dada a escalada dos juros nas negociações com títulos públicos neste fim de ano. Se o mercado financeiro é intransigente ao exigir juros mais elevados da União por não acreditar na efetividade do corte de gastos, o Propag é generoso nas exigências de responsabilidade fiscal feitas aos Estados, sempre negligenciadas em planos anteriores, e ao incentivar os gastos em investimentos em áreas que deveriam, mesmo em condições normais, receber atenção.

Aprovado o programa, resta exigir dos Estados que sejam mais responsáveis com suas despesas e que os recursos que poderão destinar para obter o corte de juros sejam bem dirigidos. É possível destiná-los, por exemplo, aos programas de educação profissional, o que seria uma ótima escolha.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188078?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188078?page=1§ion=1)**

Políticas públicas e restrição fiscal (Artigo)

Naercio Menezes Filho

Naercio Menezes Filho, Professor Titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper, professor associado da FEA-USP e membro da Academia Brasileira de Ciências, escreve mensalmente às sextas-feiras (naercioamf@insper.edu.br).

O ano termina com ótimas notícias na economia real, mas com o mercado financeiro bastante agitado e a popularidade do governo patinando. O que será que está acontecendo? Quais as perspectivas para as políticas públicas nos próximos anos?

O ano está terminando muito bem na economia real, com o crescimento previsto do **PIB** para este ano na casa de 3,5%, perfazendo um crescimento de quase 7% em dois anos. Isso deve levar o padrão de vida da população de volta ao pico observado em 2013. O mercado trabalho também está aquecido, com a taxa de desemprego chegando a 6,2% no terceiro trimestre deste ano, o ponto mais baixo desde o início da série da Pnad-Contínua. O salário real médio atingiu R\$ 3.200, também o maior nível da série, se descontarmos o período da pandemia, em que muitos trabalhadores não qualificados saíram do mercado de trabalho.

Além disto, a **reforma tributária** foi aprovada, o que deverá trazer crescimento de produtividade no futuro. Foram firmados acordos com funcionários públicos de quase todos os setores, com aumentos salariais moderados para os próximos anos. Também tivemos avanços no meio ambiente, vacinação e novos programas educacionais. Por todos estes motivos, poderíamos esperar que a população estaria bastante satisfeita, passando um Natal feliz, com a popularidade do presidente Lula nas alturas.

Mas isto não está acontecendo. O ano terminou com o mercado financeiro bastante instável, com grande valorização do dólar e seguidos aumentos da taxa de juros de longo prazo. Este movimento se baseia na expectativa de que os déficits públicos irão continuar aumentando no futuro, porque muitas despesas obrigatórias crescem automaticamente acima do permitido pelo arcabouço fiscal. Assim, os agentes pedem taxas de juros cada vez maiores para emprestar dinheiro ao governo. E isso aumenta ainda mais a dívida pública.

Estas expectativas estão corretas, mas é difícil solucionar este problema. Primeiro, porque o

Congresso não quer fazer a sua parte, rejeitando limites aos supersalários, cortes de benefícios tributários, aumentos de imposto de renda sobre os mais ricos e a tributação de lucros e dividendos. Além disto, o próprio partido do governo está dividido com relação à necessidade de melhora nas contas públicas, com uma ala enxergando os movimentos do dólar e juros como um complô do mercado financeiro.

Além disto, a avaliação do governo pela população não está tão boa, apesar das boas notícias no mercado de trabalho. As gerações que nasceram até os anos 1980 foram muito impactadas pelos programas sociais dos anos 2000, que transformaram as suas vidas, especialmente no Norte e Nordeste. Estas famílias, que tinham pouca ajuda do Estado até então, passaram a contar com programas como o Bolsa Família, Luz para Todos e as cotas, que permitiram que milhões de famílias pudessem se alimentar decentemente e comprar seus primeiros eletrodomésticos. Além disto, seus filhos terminaram o ensino médio e foram os primeiros da família a entrar na faculdade. Para estas gerações, Lula é um símbolo da transformação que houve em suas vidas.

Mas para as gerações mais jovens, que nasceram a partir dos anos 1990 e cresceram com estas políticas já implementadas, não há contraste antes-depois. Estas gerações cresceram com a **inflação** já estabilizada e seu principal problema de saúde deixou de ser a subnutrição e passou a ser a obesidade e a saúde mental, agravada pelas redes sociais. Muitos destes jovens saíram da casa dos pais e já não recebem o Bolsa Família, conseguindo inserir-se no mercado de trabalho, mesmo que de forma precária. Para estes jovens, Lula já não é um símbolo de transformação social.

As novas gerações querem ter a possibilidade de crescimento rápido de renda, com autonomia e flexibilidade de trabalho. Um exemplo típico são os jovens que concluíram o ensino médio e têm um trabalho autônomo, como MEI ou motorista de aplicativo. Eles não são sindicalizados, podem ter mais de um trabalho ao mesmo tempo e não trabalham no setor público. Ao mesmo tempo, 25% dos jovens continuam tendo empregos precários, transitando permanentemente entre emprego informal, desemprego e "nem-nem". Estes jovens serão os próximos dependentes dos programas de transferência de renda.

Para atender estas novas gerações, agora que nossa

rede de bem-estar social está sedimentada, é necessário avançar nas políticas públicas baseadas em evidências, que comprovadamente conseguem melhorar a vida das pessoas. Dada a restrição fiscal, que impede o crescimento dos gastos sociais e do salário mínimo acima do previsto pelo arcabouço fiscal, será necessário cada vez mais concentrar os gastos nos programas que realmente fazem a diferença, buscando eficiência acima de tudo. Muitos dos nossos gastos sociais, benefícios tributários e subsídios não têm retorno para a sociedade.

No campo da educação, por exemplo, é urgente investir na melhoria da aprendizagem. Os recursos públicos têm que ir prioritariamente para as políticas que funcionam, como as escolas em tempo integral, por exemplo. Afinal, os jovens querem flexibilidade, autonomia e crescimento rápido de renda, mas ainda não possuem o conhecimento e as habilidades necessárias para atingir estes objetivos.

Na assistência social, temos que tomar as políticas interseto-riais. Para isso, será necessário identificar as pessoas que participam de todos os programas de governo através do CPF, para que possamos aumentar a complementaridade entre as políticas, maximizando o impacto de cada uma delas. Na segurança pública, preocupação central de grande parte da população, o governo federal tem que estabelecer parcerias com os Estados e focar na inteligência, contando com as câmaras de segurança nos policiais.

Em suma, daqui para a frente será necessário focar nas políticas públicas que comprovadamente atingem seus objetivos, maximizando os benefícios para a sociedade e reduzindo custos. Os tempos de aumento contínuo de gastos públicos sem avaliações de impacto estão chegando ao fim. Se isto não ocorrer, teremos cada vez mais situações como a atual, em que, mesmo com os indicadores econômicos excelentes, os indicadores financeiros provocam uma sensação de instabilidade e a população continua insatisfeita.

Os tempos de aumento contínuo de gastos públicos sem avaliações de impacto estão chegando ao fim

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188078?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188078?page=1§ion=1)**